

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Dilma no labirinto

A presidente Dilma Rousseff deve aos brasileiros muitas explicações, que vão se acumulando com o passar do tempo, mas a que se dispôs a dar sobre o Orçamento com déficit que enviou ao Congresso não faz nenhum sentido. Se vai mandar uma emenda ao Orçamento para cobrir o rombo de mais de R\$ 30 bilhões, por que não o fez antes, enviando um Orçamento equilibrado?

A verdade é que até quando pretende ser transparente este governo está apenas fingindo transparência. O movimento político de chocar o Congresso com um Orçamento nunca visto tinha o objetivo de fazer dos parlamentares cúmplices dos aumentos de impostos que serão necessários acrescentar às nossas contas públicas.

Como não deu certo, o governo vai ter que assumir a culpa sozinho, e não é descartável a chance de recriação da CPMF, ou imposto da mesma natureza com outro nome. Repercutiu muito mal no mercado financeiro a decisão de assumir o déficit primário como número oficial para 2016, como se o governo dissesse ao mundo que não há mais nada a fazer a não ser não pagar as dívidas.

Tudo fica mais difícil quando o governo tem uma oposição vigorosa dentro de seu próprio corpo político, já que o PT decidiu oficialmente combater o ajuste fiscal e pedir a saída do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Isso é de um déjà vu tremendo, pois, quando Antonio Palocci era ministro da Fazenda, seus assessores provenientes do mercado financeiro — a maioria com ligações com o PSDB, mas disposta a ajudar um governo petista a organizar as finanças públicas — eram atacados quase que diariamente por setores do PT.

Como Palocci é um capa preta do petismo, os protestos não tinham nenhuma importância política. Com Levy é diferente. Ele é o ministro da Fazenda e não tem ninguém, a não ser a presidente Dilma, para segurá-lo. Acontece que Dilma também não é petista de alma e não tem a menor influência no esquema partidário.

Corremos o sério risco de ver daqui a pouco o próprio partido pedindo que renuncie, para livrá-lo das consequências do desastroso segundo mandato de Dilma. E com o apoio de Lula, que assim estaria livre para exercer a oposição a um governo de Michel Temer, do PMDB, que terá que fazer tantas e tamanhas maldades financeiras e fiscais que será alvo fácil do petismo tentando se reinventar na oposição.

Desconfio que essa seja uma das principais razões para o arrefecimento da campanha da oposição pelo impeachment de Dilma. Mesmo um novo governo, no caso de o Tribunal Superior Eleitoral chegar à conclusão de que deve cassar a chapa, teria dificuldades para se sair bem no complemento do mandato de Dilma, por mais ou menos dois anos.

Mesmo com a legitimidade que as urnas lhe dariam, é pouco tempo para consertar o estrago que já foi

Os pontos-chave

1 Se vai mandar emenda ao Orçamento para cobrir o rombo de mais de R\$ 30 bi, por que Dilma não o fez antes, enviando um Orçamento equilibrado?

2 Tudo fica mais difícil quando o governo tem uma oposição vigorosa dentro do seu próprio corpo político, já que o PT decidiu oficialmente combater o ajuste fiscal e pedir a saída do ministro da Fazenda.

GASTOS PÚBLICOS

Com rombo no cenário, governo é pressionado por greves de servidores

Enquanto categorias exigem reajustes, população sofre com paralisações

CÁSSIO BRUNO, CAROLINA BRÍGIDO, JULIANA CASTRO, LETÍCIA FERNANDES E SÉRGIO ROXO
opais@oglobo.com.br

-RIO, BRASÍLIA E SÃO PAULO. Em um momento no qual a União tem pouca margem de manobra em suas contas e o relator-geral do Orçamento de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), defende a discussão de um eventual congelamento de reajustes do funcionalismo público, os servidores federais ameaçam intensificar os embates com o Palácio do Planalto. E a crescente pressão contra o governo se traduz em desconforto para a população: filas se formam, em vão, diante de agências do INSS de portas fechadas, unidades de ensino permanecem sem aulas e pilhas de processos estão paradas no Judiciário.

Mais de 20 categorias se mobilizam para uma marcha em Brasília na próxima quarta-feira. Além disso, servidores de algumas áreas que vinham funcionando normalmente até esta semana aprovaram a realização de greves por tempo indeterminado, o que deixa a presidente Dilma Rousseff, já confrontada pelo cenário político, ainda mais pressionada.

O governo federal ofereceu aos servidores um reajuste de 21,3%, que seria alcançado ao fim de quatro anos (a correção salarial começaria em 2016 e terminaria em 2019). Sindicatos rejeitaram, alegando que não há como fazer qualquer previsão sobre o cenário econômico ao longo do período. Entre algumas categorias, a expectativa é que seja apresentada uma outra proposta, com um prazo de dois anos, no máximo, para o pagamento do percentual sugerido.

Para Sandro de Oliveira Cesar, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, o governo deveria negociar um reajuste anual:

— O governo não tem conseguido acertar a meta da inflação. Quem garante que vai acertar o reajuste?

DESOLAÇÃO EM AGENCIA DO INSS

A agência do INSS da Avenida Presidente Vargas, no Centro, como muitas outras Brasil afora, estava com as portas fechadas ontem. Com os servidores do instituto em greve desde julho, as orientações para quem precisava de informações eram dadas na calçada, de forma improvisada, por uma funcionária. Sem atendimento, muitas pessoas voltaram para casa sem acesso a serviços como perícia



Frustração. Ivanildo da Costa em frente a uma agência do INSS, no Centro: ele não consegue receber aposentadoria



Protesto. Escultura é "vendada" em manifestação de servidores em Brasília

“Estou sem dinheiro, e me disseram que só vou poder receber a aposentadoria quando terminar a greve”

Ivanildo Machado da Costa
Aposentado

dente Vargas, apenas cinco foram ontem para o trabalho. Ali, eram prestados cem atendimentos por dia, mas, atualmente, a média caiu para cinco, com prioridade para grávidas e casos de emergência. Procurada pelo GLOBO, a gerente do posto não quis dar entrevista.

— Estou sem dinheiro, e me disseram que só vou poder trocar a senha de minha conta pa-

57 anos, tenta, desde julho, começar a receber aposentadoria. Seu pedido caiu em exigência e, com a greve, ele não consegue finalizar o processo. — Já me disseram que preciso esperar a greve acabar para entregar a documentação pendente. Temos de cruzar os braços e ficar aguardando uma solução ou ir às ruas para exigir ao governo alguma providência? O país tem que andar — reclamou Gomes.

Atualmente, estão em greve servidores do INSS, trabalhadores do Judiciário, auditores da Receita Federal, professores de universidades, funcionários e docentes de colégios, entre outros. Sem avanço nas negociações, a paralisação em alguns desses setores deve ser ampliada. É o caso do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, que tem a expectativa de aumentar o número de unidades fechadas — hoje são 249, de um total de 350 — a partir de segunda-feira.

— Não queremos pagar a conta do ajuste fiscal. Essa conta não é nossa — afirmou Au-

tos enfrentamentos. A previsão orçamentária para o reajuste proposto não vai cobrir nem um terço da perda acumulada.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, concorda com a perspectiva de intensificação das greves:

— Com certeza, haverá mais greves. O trabalhador não pode pagar pela irresponsabilidade do governo nos gastos públicos.

VETO ACIRRA OS ANIMOS

Um dos casos mais delicados para o governo é o dos servidores do Poder Judiciário, em greve há três meses na maioria das regiões. A reivindicação principal da categoria é um reajuste salarial de 53% a 78,56% (de acordo com a função), aprovado pelo Senado no dia 30 de junho, mas vetado por Dilma quase um mês depois. Em busca de uma saída, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, enviou ao Congresso uma outra proposta, de 41,47%, também rechaçada.

Entre os servidores federais que aprovaram indicativo de greve estão categorias capazes de paralisar serviços importantes, caso dos Correios. E servidores do Banco Central de dez estados fizeram ontem uma paralisação de 24 horas. Além de exigirem aumento salarial, eles protestam contra a possibilidade de o governo tirar o status de ministro do presidente do BC.

Tres ministros do STF defenderam ontem o corte do ponto de servidores grevistas. Para Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, é permitido fazer greve no serviço público, mas dias parados devem ser descontados. Eles afirmaram que o poder público não pode pagar por um serviço que não foi prestado. As opiniões foram manifestadas no jul-